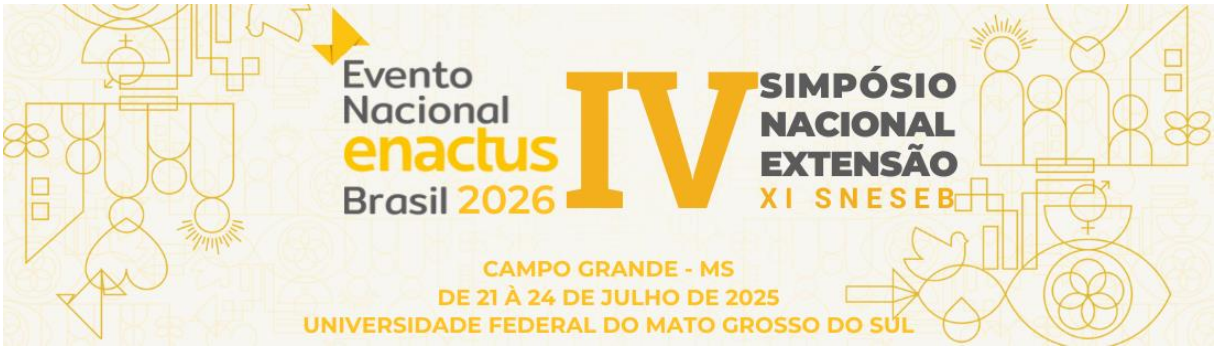


RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DA JUVENTUDE AMAZÔNIDA PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA E GOVERNANÇA AMBIENTAL

Evelyn Suzana Bouth Lopes[1]
André Felipe de Matos Moraes[2]
André Luiz Garcia da Rocha[3]
Benedito Breno Rodrigues Pinto[4]
Fernanda Resende Botelho[5]
Fernanda Torres Trindade[6]
Lucas Marques Rodrigues[7]
Natalia Guarino Souza Barbosa[8]
Rayssa Kelly dos Santos dos Santos[9]
Vitor Emanoel da Costa Alves[10]

Resumo

As mudanças climáticas consolidaram-se como um dos principais desafios globais contemporâneos, caracterizando-se por seus impactos sistêmicos e desiguais entre territórios. Nesse cenário, a Amazônia assume centralidade estratégica, especialmente diante da intensificação de eventos extremos e da realização da Conferência das Partes (COP30) em Belém do Pará. Este trabalho tem como objetivo analisar, de forma crítica, o papel da juventude amazônida na promoção da justiça climática, com ênfase na aplicação de tecnologias sociais e nos processos formativos voltados à compreensão do contexto geopolítico e ambiental global. A metodologia adotada consiste em abordagem qualitativa, baseada na análise de experiências extensionistas e iniciativas de formação juvenil. Os resultados indicam que, embora existam programas de capacitação, persistem lacunas estruturais na formação de jovens capazes de atuar estrategicamente na governança climática e na transição ecológica. Conclui-se que o

[1]Graduanda em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (evelynbouth@gmail.com).
[2]Graduando em Licenciatura em Computação, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (andre.matos@discente.ufra.edu.br).
[3]Graduando em Zootecnia, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (andre.garciadarocha@gmail.com).
[4]Graduando em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (brendhu0893@gmail.com).
[5] Graduanda em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (fernandaresende2005@gmail.com).
[6]Graduanda em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (fernandatorrestrindade16@gmail.com).
[7]Graduando em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (marqueslucas164@gmail.com).
[8]Doutora em Zootecnia, Coorientadora, Professora Conselheira Enactus-UFRA, Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA (natalia.barbosa@ufra.edu.br).
[9]Graduanda em Agronomia, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (rayssakellysantos94@gmail.com).
[10]Mestrando em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia, Orientador, Universidade do Estado do Pará - UEPA (engvitoremanoel.oficial@gmail.com).

fortalecimento da educação climática, aliado à valorização dos saberes locais e à ampliação de políticas públicas, é fundamental para a construção de soluções sustentáveis e socialmente justas na Amazônia.

Palavras-chave: juventude amazônida; justiça climática; formação política; transição ecológica

Abstract

Climate change has become one of the main contemporary global challenges, characterized by its systemic and uneven impacts across territories. In this context, the Amazon assumes strategic centrality, especially in light of the intensification of extreme events and the hosting of the Conference of the Parties (COP30) in Belém, Pará. This study aims to critically analyze the role of Amazonian youth in promoting climate justice, with emphasis on the application of social technologies and on educational processes aimed at understanding the global geopolitical and environmental context. The methodology adopts a qualitative approach, based on the analysis of extension experiences and youth training initiatives. The results indicate that, although training programs exist, there are still structural gaps in preparing young people to act strategically in climate governance and ecological transition. It is concluded that strengthening climate education, combined with the valorization of local knowledge and the expansion of public policies, is essential for building sustainable and socially just solutions in the Amazon.

Palavras-chave: amazonian youth; climate justice; political training; ecological transition

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas consolidaram-se como um dos principais desafios globais contemporâneos, sobretudo à medida que seus efeitos passaram a transcender fronteiras nacionais, configurando um fenômeno de natureza sistêmica e interdependente. A intensificação de eventos extremos, as alterações nos regimes hidrológicos e os impactos socioeconômicos associados evidenciam a complexidade do problema e reforçam a necessidade de respostas coordenadas em escala global (IPCC, 2023).

Nesse contexto, a governança climática internacional emergiu como elemento central para o enfrentamento dessas questões. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, estabeleceu marcos fundamentais ao introduzir princípios como o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade comum, porém diferenciada entre os países. Posteriormente, acordos como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris consolidaram diretrizes voltadas à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e

à adaptação às mudanças climáticas, ainda que persistam desafios relacionados à implementação e à mensuração de seus resultados (ONU, 2015; VEIGA, 2013).

No cenário brasileiro, a Amazônia destaca-se como território estratégico no debate climático global, em função de sua relevância ecológica e de seu papel na regulação climática e na manutenção da biodiversidade (NOBRE et al., 2016). A realização da Conferência das Partes (COP30) em Belém do Pará reforça essa centralidade, ao posicionar a região como protagonista nas discussões internacionais sobre clima, sustentabilidade e justiça ambiental.

Entretanto, esse protagonismo contrasta com desafios estruturais históricos, especialmente nas áreas urbanas amazônicas. Cidades como Belém apresentam processos de urbanização marcados por expansão desordenada e desigualdade socioespacial, o que intensifica vulnerabilidades ambientais e sociais (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Nesse contexto, a gestão de resíduos sólidos urbanos emerge como um indicador crítico dessas desigualdades. Dados recentes indicam que a Região Norte apresentou, em 2024, o menor índice de coleta de resíduos sólidos urbanos entre as grandes regiões do Brasil, além de registrar a maior proporção de destinação inadequada. Apenas 38,7% dos resíduos tiveram destinação final adequada, enquanto 61,3% foram destinados de forma inadequada (ABREMA, 2025).

Esse cenário evidencia não apenas limitações estruturais, mas também a necessidade de soluções integradas que articulem justiça climática, gestão ambiental e inclusão social. Nesse sentido, destaca-se a importância da formação de jovens capazes de compreender as dinâmicas da governança climática, os mecanismos de financiamento, como fundos voltados à transição ecológica, e os desafios territoriais específicos da Amazônia, contribuindo para a construção de respostas mais equitativas e eficazes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A justiça climática constitui uma abordagem que articula as mudanças climáticas às desigualdades sociais, evidenciando que os impactos ambientais afetam de forma desproporcional populações vulneráveis (ACSELRAD, 2002). Essa perspectiva amplia o debate ambiental ao incorporar dimensões políticas e econômicas, questionando a distribuição desigual dos riscos e dos recursos.

A governança climática global, por sua vez, refere-se ao conjunto de instituições, normas e mecanismos que orientam a ação coletiva frente às mudanças climáticas (VEIGA, 2013). Contudo, sua efetividade depende da articulação entre diferentes escalas e da capacidade de internalização dessas diretrizes nos contextos locais.

No contexto amazônico, tais desafios são intensificados por processos históricos de ocupação e urbanização, frequentemente marcados pela ausência de planejamento integrado. Isso resulta em territórios altamente vulneráveis, nos quais os impactos climáticos se somam a déficits estruturais, como saneamento precário e gestão inadequada de resíduos.

Nesse cenário, as tecnologias sociais emergem como alternativas relevantes, por possibilitarem a construção de soluções adaptadas às realidades locais, com base na participação comunitária e na valorização dos saberes tradicionais (DAGNINO, 2009). Paralelamente, a formação crítica da juventude torna-se elemento central, uma vez que jovens representam um grupo com elevado potencial de mobilização e inovação social (FREIRE, 1996). Além disso, organismos internacionais têm destacado o papel estratégico da juventude na agenda climática global, especialmente na promoção de soluções inovadoras e na ampliação da participação social (UNESCO, 2019).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência analisada neste estudo fundamenta-se na vivência dos autores em iniciativas de extensão universitária e em processos de formação em liderança climática desenvolvidos na cidade de Belém do Pará. As atividades envolvem ações de educação socioambiental, aplicação de tecnologias sociais e participação em programas de capacitação voltados à compreensão da governança climática e da justiça ambiental. No âmbito formativo, o eixo central da experiência foi a participação na primeira fase do programa Jovens Embaixadores pelo Clima, realizado entre os meses de maio e julho de 2025. Com uma carga horária total de 60 horas, essa formação estruturou-se como um processo de mentoria técnica e política de alta densidade, essencial para qualificar a atuação prática dos participantes no território amazônico.

O percurso formativo da mentoria abrangeu uma trajetória que partiu dos fundamentos científicos até a diplomacia de alto nível. Iniciou-se com a análise da ciência da mudança do

clima e os desafios do Antropoceno, avançando para debates sobre o Regime Internacional de Mudanças Climáticas e a Política Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A formação dedicou atenção especial às assimetrias sociais, explorando a interface entre justiça climática e direito ambiental, além de contextualizar o protagonismo brasileiro em fóruns globais, como a presidência do G20 e a atuação nos BRICS. Adicionalmente, a mentoria preparou os embaixadores para a incidência direta em arenas de decisão, com módulos específicos sobre a NDC 1.0, a linguagem técnica das COPs e a logística estratégica necessária para ocupação desses espaços.

Paralelamente, a atuação em projetos extensionistas funcionou como um elemento de soma e aplicação prática dos conhecimentos absorvidos na mentoria. A universidade serviu como o campo onde a teoria da governança e da justiça climática foi traduzida para o contexto local, possibilitando o desenvolvimento de soluções sustentáveis e o engajamento comunitário em Belém. Essas experiências, ao unirem a mentoria técnica internacional à prática territorial, evidenciam a importância de uma formação que prepare a juventude não apenas para o debate acadêmico, mas para a liderança efetiva diante dos desafios socioambientais da Amazônia urbana no caminho para a COP30.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

A análise das experiências evidencia uma assimetria entre a centralidade da Amazônia no debate climático global e a capacidade local de formação estruturada da juventude para atuação qualificada nesses espaços. Embora a região seja frequentemente destacada como estratégica nas agendas internacionais, observa-se uma lacuna significativa na consolidação de processos formativos contínuos, acessíveis e territorialmente distribuídos.

As iniciativas de capacitação analisadas demonstram potencial relevante na ampliação da compreensão sobre temas complexos, como governança climática, financiamento ambiental e dinâmicas geopolíticas. No entanto, tais experiências ainda se apresentam de forma pontual, com alcance limitado frente à demanda existente, o que restringe a formação de uma base mais ampla de jovens preparados para atuação estratégica.

No plano estrutural, essa limitação se manifesta na ausência de políticas públicas robustas voltadas à formação qualificada de jovens em contextos periféricos. Como consequência, o acesso a conteúdos especializados tende a ocorrer de forma desigual, frequentemente concentrado em programas específicos, o que dificulta a democratização do conhecimento e a ampliação da participação juvenil.

Além disso, a articulação entre os conhecimentos adquiridos em programas formativos e sua aplicação em contextos locais revela-se fundamental, porém ainda limitada por fatores como escassez de recursos, fragilidade institucional e dificuldade de acesso à informação sistematizada. Nesse sentido, as experiências extensionistas configuram-se como espaços relevantes de mediação entre teoria e prática, contribuindo para a adaptação dos conhecimentos às realidades territoriais.

Outro aspecto relevante refere-se à sub-representação da juventude amazônida nos espaços de formulação de políticas e nos fóruns de discussão climática. Apesar de vivenciarem diretamente os impactos das mudanças climáticas, esses jovens ainda enfrentam barreiras que dificultam sua inserção qualificada, evidenciando um descompasso entre o protagonismo atribuído à região e a participação efetiva de seus sujeitos.

Por fim, observa-se que a integração entre conhecimento científico e saberes locais ainda ocorre de forma incipiente, o que limita o desenvolvimento de soluções mais contextualizadas e eficazes. Esse fator reforça a necessidade de abordagens que considerem a complexidade socioambiental da Amazônia, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais.

CONCLUSÕES

A análise realizada demonstra que a centralidade da Amazônia no debate climático global não se traduz, de forma proporcional, na formação e na inserção qualificada da juventude amazônida nos espaços de governança e tomada de decisão. Persistem lacunas significativas no acesso a processos formativos estruturados, capazes de articular conhecimentos técnicos, políticos e territoriais.

Embora iniciativas de capacitação apresentem contribuições relevantes, seu alcance ainda é limitado frente à complexidade dos desafios socioambientais da região. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar e fortalecer programas que promovam a formação crítica e estratégica de jovens, garantindo maior equidade no acesso à informação e às oportunidades de participação.

Além disso, a integração entre universidade, comunidade e território configura-se como elemento essencial para a construção de soluções mais eficazes e contextualizadas. A valorização dos saberes locais, aliada ao conhecimento científico, pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais alinhadas às especificidades da Amazônia urbana.

Dessa forma, a promoção de uma transição ecológica mais justa na região depende não apenas de avanços institucionais, mas também do fortalecimento do protagonismo juvenil, entendido como componente estratégico na construção de respostas sustentáveis e socialmente inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABREMA – Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2025. São Paulo: ABREMA, 2025.
ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
DAGNINO, Renato. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Unicamp, 2009.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneva: IPCC, 2023.
NOBRE, Carlos A. et al. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 113, n. 39, p. 10759–10768, 2016.
ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.
TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: urbanização na Amazônia brasileira. Belém: UFPA, 2016.
UNESCO. Youth and climate change: a toolkit for action. Paris: UNESCO, 2019.
VEIGA, José Eli da. A emergência socioambiental. São Paulo: Senac, 2013.